



# Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta segunda

01/03/2010

De acordo com o jornal **O Estado de S.Paulo**, o Supremo Tribunal Federal fará audiência pública sobre políticas de ação afirmativa para reserva de vagas no ensino superior, as chamadas cotas. O debate durará três dias, com participação de 38 especialistas de associações, movimentos sociais e entidades. O ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Edson Santos, acompanhará o evento.

## Júri Popular

O acusado de matar a missionário Dorothy Stang, Reginaldo Pereira Galvão, será julgado no próximo dia 30 de abril. O crime aconteceu em fevereiro de 2005. **O Estado de S.Paulo** afirmou que ele é o único dos cinco réus que não enfrentou júri popular. Desde fevereiro do ano passado, quando obteve um Habeas Corpus em segunda instância, Galvão aguarda o julgamento em liberdade.

## Legislativo caro

A **Folha de S.Paulo** fez uma pesquisa que constatou que o Legislativo do Distrito Federal é o mais caro do país. O veículo apontou que o custo de cada deputado distrital será de R\$ 14 milhões em 2010. Ainda assim, a direção da Câmara Legislativa do DF afirma que o orçamento da instituição para 2010 diminuiu na comparação com o ano anterior. Depois do Distrito Federal, os legisladores que custam mais proporcionalmente são os de Minas Gerais (R\$ 10,3 mi) e Santa Catarina (R\$ 8,2 mi).

## Informações públicas

A **Folha** ainda apontou a declaração de Melanie Ann Pustay, responsável por divulgação de informações públicas nos EUA. Ela afirmou que o acesso a dados deveria virar lei. Para a americana, a possibilidade de sigilo por prazo indefinido prevista em projeto de lei enviado ao Congresso não é prejudicial e serviria para população cobrar governo.

## Congresso desaprovado

Apenas 14% de 2.623 pessoas aprovam a atuação do Congresso, segundo levantamento do Datafolha. A pesquisa mostra que 39% acham que é apenas regular, e outros 39% dizem que a performance dos parlamentares brasileiros é ruim ou péssima. A melhor avaliação partiu dos pesquisados que têm simpatia pelo PMDB: 20% consideram o desempenho como ótimo ou bom.

## Plano econômico

De acordo com o jornal **DCI**, o Supremo Tribunal Federal pode discutir questão referente ao direito dos consumidores às perdas financeiras decorrentes dos planos econômicos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Isso porque o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, insiste em uma audiência pública. Estima-se que existam cerca de 700 mil na Justiça de todo o país — que reivindicam a reposição dessas perdas.

## Acordo empresarial

Na próxima quarta (3/3), a Votorantim deve assinar um Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação, no caso da compra de participação na cimenteira portuguesa Cimpor. O acordo é o resultado de algumas reuniões entre o conselheiro Vinícius Carvalho, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Votorantim. A assinatura deve acontecer durante a na 462ª Sessão Ordinária de Julgamento do órgão. As informações são do **DCI**.

## Sem indenização

A construtora Mendes Júnior não receberá indenização de mais de R\$ 1 trilhão da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. A construtora moveu uma ação por supostos prejuízos decorrentes das obras da hidroelétrica de Itaparica, construída na década de 80. De acordo com o **DCI**, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região reverteu a sentença da Justiça Federal em Pernambuco que havia condenado a Chesf a indenizar a empreiteira.

## Retenção de autos

O **DCI** também informa que um juiz de Goiânia encaminhou um ofício para o Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil para que a entidade tome medidas administrativas cabíveis contra um advogado. O motivo seria de que ele reteve os autos de um processo por três meses. O advogado pegou o processo em 12 de novembro do ano passado e só o devolveu ao cartório em 8 de fevereiro.

**Venda casada**

Venda casada de plano de capitalização com fornecimento de crédito está proibida para a C&A Modas Ltda. e a IBI Administradora e Promotora Ltda. Segundo o **DCI**, o Superior Tribunal de Justiça negou recurso interposto pelas empresas contra sentença do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

**Justiça do Trabalho**

O **DCI** observou que os tribunais do trabalho vêm aceitando cada vez mais decisões proferidas por meio de arbitragem. O jornal citou a da 69ª Vara do Trabalho de São Paulo que beneficiou a empresa Uei Telecomunicações Ltda. ao validar quitação de um ex-empregado por meio de acordo junto ao Tribunal Nacional de Arbitragem e Mediação.

**Refis da Crise**

O **Valor Econômico** apurou que, de todos bancos, apenas o Unibanco-Itaú decidiu renunciar aos processos judiciais sobre o tema e aproveitar os descontos de multas e juros oferecidos pelo programa de parcelamento de débitos conhecido como "Refis da Crise". As outras instituições apostam em uma vitória na disputa sobre o cálculo do PIS e da Cofins no Supremo Tribunal Federal. Ainda sobre o "Refis da Crise", o veículo informa que uma liminar da Justiça Federal de Campinas garantiu a um contribuinte o direito de permanecer no programa sem ter que desistir de processos administrativos.

**Liminar contra o CNJ**

O STF concedeu uma nova liminar contra a Resolução 82 do Conselho Nacional de Justiça. A norma exige que o juiz de primeira ou segunda instância motive a decisão de suspeição perante a corregedoria local. Os autores da liminar são: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). As informações são do **Valor Econômico**.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2010-mar-01/noticias-justica-direito-jornais-459/>